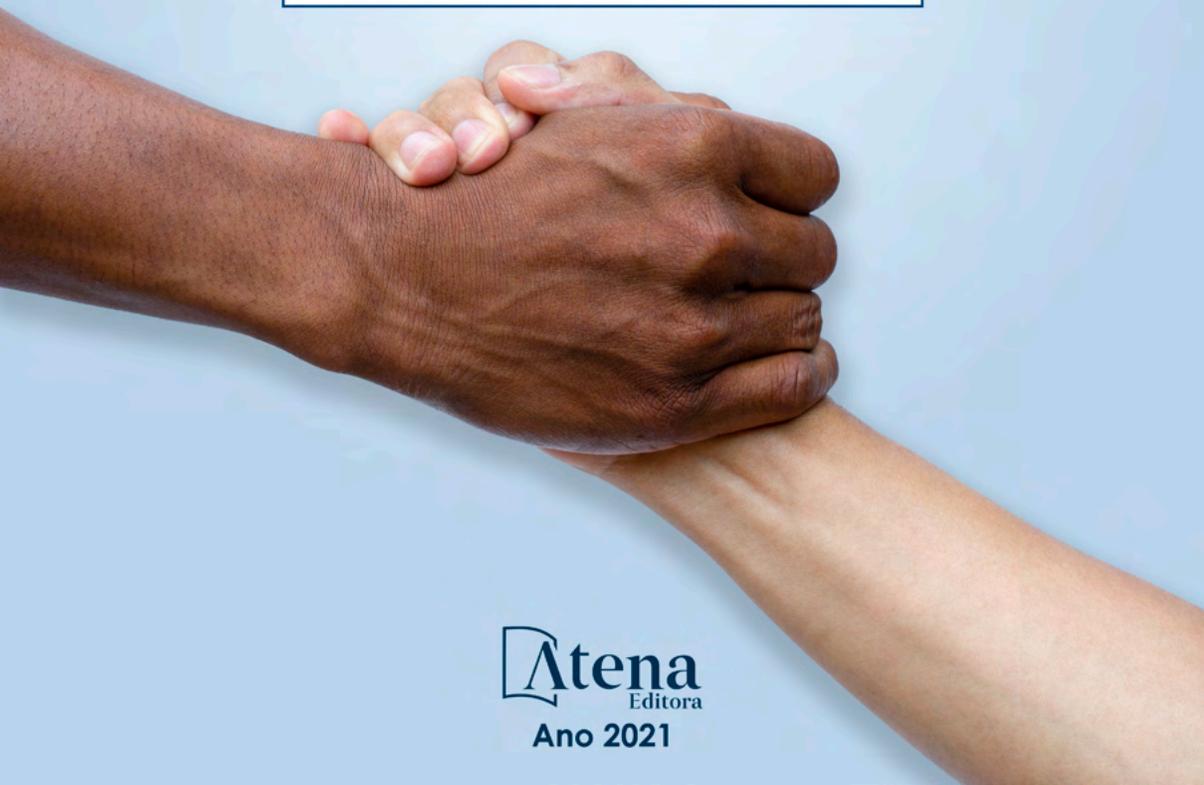


SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,
produção do conhecimento e
cotidiano dos serviços

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,
produção do conhecimento e
cotidiano dos serviços

**Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)**



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Serviço Social na América Latina: reflexões sobre formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço Social na América Latina: reflexões sobre formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-644-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.444212710>

1. Serviço Social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos *Serviço Social na América Latina: Reflexões sobre a formação profissional, produção do conhecimento e cotidiano dos serviços* reúne artigos heterogêneos de distintas regiões do Brasil. São doze artigos frutos de pesquisas, revisão de literatura, relatos de experiências e ensaios teóricos.

O primeiro artigo é fruto da tese de doutoramento em Serviço Social e apresenta as conclusões obtidas nesse processo acerca da política de saúde brasileira no contexto da contrarreforma do Estado, trazendo importantes contribuições para a análise do real e seus rebatimentos nos espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade. O segundo texto, é produto das reflexões da equipe de Serviço Social em um serviço de emergência no contexto da pandemia de Covid-19, seus desafios e enfrentamentos nessa conjuntura.

O artigo seguinte consiste em ensaio teórico acerca das bases que fundamentam a proposta do Desenvolvimento da Comunidade e suas interlocuções históricas. Já o quarto texto, produto de pesquisa bibliográfica e documental, coloca em evidência o processo que culminou na Resolução nº 510/2016 que trata da normatização da pesquisa envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais.

O texto seguinte, apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida junto aos idosos acompanhados por uma Unidade Básica de Saúde apontando a importância do uso da Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa. O sexto texto, decorrente de pesquisa qualitativa acerca das violências sexuais colhidas através do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA vinculadas aos anos de 2014 e 2015, trazendo neste contexto importantes contribuições à discussão da temática em foco.

O próximo artigo, por sua vez, discute o modo de produção capitalista, a questão social e o papel do Centros de Referência de Assistência Social – CRAS nessa conjuntura. O oitavo artigo apresenta as reflexões e discussões acerca da temática de gênero no contexto de relações de poder no meio rural e aumento do protagonismo feminino dos espaços produtivos.

O texto seguinte discute as particularidades do processo de encarceramento do gênero feminino nas unidades prisionais trazendo importantes contribuições neste contexto. O décimo texto apresenta as reflexões e discussões acerca das percepções da construção da identidade de gênero de mulheres no mercado de trabalho.

O penúltimo texto é resultado das reflexões ocorridas no Mestrado em Desenvolvimento Social e apresenta conclusões obtidas nesse período a partir de estudo de discussão da estigmatização dos espaços urbanos. E finalmente o último artigo apresenta os resultados de pesquisa sobre autogestão de recursos junto a funcionários públicos.

Neste contexto, convidamos os leitores a acessar as discussões e resultados apresentados nessa coletânea, conferindo debates contemporâneos acerca do cotidiano dos serviços e produção acadêmica nas temáticas em foco.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Soraya Araújo Uchôa Cavalcanti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127101>

CAPÍTULO 2..... 14

O SERVIÇO SOCIAL EM UMA EMERGÊNCIA PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Rosana Maria de Lima

Lani Brito Fagundes

Xênia Maria Tamborena Barros

Vanessa Soares Patta

Bruna de Souza Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127102>

CAPÍTULO 3..... 22

SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE: REFORMANDO O JECA TATU

Tereza Cristina Pires Favaro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127103>

CAPÍTULO 4..... 34

ÉTICA EM PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DA RESOLUÇÃO CNS Nº 510 DE 2016

Cacildo Teixeira de Carvalho Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127104>

CAPÍTULO 5..... 45

A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA PESSOA IDOSA NA ATENÇÃO BÁSICA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gisela Saori Yoshimatsu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127105>

CAPÍTULO 6..... 74

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E DESIGUALDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Rodrigo da Silva Bezerra

Luciane Pinho de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127106>

CAPÍTULO 7..... 89

CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - E ESTRATÉGIAS DE

ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL

Angélica de Santana Rocha

Marcos Esdras Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127107>

CAPÍTULO 8..... 105

MULHERES E RURALIDADE – DA INVISIBILIDADE À AUTONOMIA E EMPODERAMENTO

Ana Paula Evangelista de Almeida

Ana Luisa Lima Grein

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127108>

CAPÍTULO 9..... 123

MULHER, MÃE E SENTENCIADA: A REALIDADE PRISIONAL DO GÊNERO FEMININO

Maria da Luz Alves Ferreira

Fernanda Santos Aragão

Luciana Pimenta Borges Dupim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4442127109>

CAPÍTULO 10..... 140

PERCEPÇÕES DE GÊNERO: EXPERIÊNCIAS DO COTIDIANO DE MULHERES NO ESPAÇO DA CIDADE

Lucília Grandó

Carla Alessandra Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271010>

CAPÍTULO 11..... 153

ESTIGMA TERRITORIAL EM FOCO: NOTAS SOBRE CIDADE E DESENVOLVIMENTO

Arnaldo Oliveira Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271011>

CAPÍTULO 12..... 165

AUTOGESTÃO DE RECURSOS EM MOMENTO DE ESCASSEZ: UM ESTUDO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS/DOCENTES NA UNIMONTES

Eliana Soares Barbosa Santos

Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo

Mônica Nascimento e Feitosa

Lucineia Lopes Bahia Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44421271012>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 179

ÍNDICE REMISSIVO..... 180

CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL

Data de aceite: 26/10/2021

Data de submissão: 02/09/2021

Angélica de Santana Rocha

Mestre. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP - Universidade estadual de Montes Claros
Montes Claros/MG
<http://lattes.cnpq.br/6635840891482385>

Marcos Esdras Leite

Doutor. Coordenador PPGGEO (mestrado em Geografia) da Universidade Estadual de Montes Claros/MG
Montes Claros/MG
<http://lattes.cnpq.br/0392398629237265>

RESUMO: O presente artigo traz uma reflexão quanto à gênese da questão social, coligada ao surgimento do sistema de produção capitalista e desenvolvimento das cidades. O tópico “ A gênese do sistema de produção capitalista e questão social” traz um breve resgate histórico demonstrando a linearidade de fatos que culminaram no surgir e expandir do sistema e contextualiza a pauperização no cenário urbano industrial. “Estratégias de enfrentamento à questão social e políticas públicas” é onde se discute as medidas adotadas pelas sociedades capitalistas, ao longo da história do capital até o momento, para mitigar as desigualdades sociais. “Questão social, Serviço social e Assistência” contextualiza o surgimento do Serviço Social, da assistência social, e sua inserção enquanto

estratégia de enfrentamento à questão social, contextualizando os CRAS enquanto instrumentos de ação que se aproximam diretamente do público alvo – os/as cidadãos/ãs. Posteriormente recorta-se os territórios da política de assistência social do município de Montes Claros - MG como objeto de estudo, com foco avaliativo dos mecanismos necessários para que a política de assistência se efetive em cada localidade, chegando-se a conclusão de que é necessário a escuta das(dos) profissionais que estão “na ponta”, uma vez que a vasta experiência que acumulam em campo pode ser basilar para que gestores/as tomem decisões assertivas no direcionamento de programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Questão social, Serviço Social, Assistência, CRAS.

CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS AND STRATEGIES TO FACE THE SOCIAL MATTERS

ABSTRACT: This article reflects on the social matter genesis, together to the appearing of the capitalist production system and cities development. The topic “ the genesis of the capitalist production system and social matters” bring a historical recue demonstrating the linearity of the facts that cause in appearing and expanding of the system and identifies the poverty in the urban industrial scenery. “Strategies for facing the social matter and public politics” it is where they discuss the measures adopted by capitalist societies, throughout the capital history

nowadays, to get better the social inequalities. “Social matter, Social Service and Assistance” explain the acting of Social Service of the social assistance, and its introduction as a strategy for facing the social matter, identifying the CRAS as instruments of action that directly approach the target public – the citizens. Subsequently, it sets out territories of the social assistance politics in Montes Claros - MG city as an object of study, with an evaluative focus of the necessary mechanisms for the assistance politics to be executed in each location, and it was concluded that it is necessary listening to the professionals who are “in charge”, since the vast experience which accumulate in the field by them can be essential for managers to take correct decisions in directing programs, projects and social assistance benefits.

KEYWORDS: Capitalism, Social Matters, Social work, Assistance, CRAS.

1 | INTRODUÇÃO

Antes de discutir CRAS enquanto estratégia de enfrentamento à Questão Social no município de Montes Claros, faz-se pertinente contextualizar os antecedentes que levaram a seu surgimento, bem como descrever os aspectos da realidade social que justificam a criação dos Centros de Referência da Assistência Social no Brasil. O surgimento do sistema capitalista de produção é a gênese também da chamada Questão Social (PELLIZER, 2008:17). Ao traçarmos um paralelo entre Desenvolvimento social e Questão Social observaremos como a humanidade transitou de uma economia inicialmente voltada para a subsistência rumo a uma economia de mercado, onde a produção de bens visa não apenas a satisfação de necessidades, mas também o acúmulo de capital. A nova forma de produção traz em si a contradição de gerar classes sociais marginalizadas, que não possuem acesso aos bens que produzem, uma vez que o salário pago por seus serviços garantem apenas que sobrevivam e se reproduzam enquanto força de trabalho, enquanto classe subalternizada. Tomaremos como marco histórico para este estudo o surgimento do sistema no ocidente, fato que imprimiu, no universo intelectual europeu, uma série de indagações, reflexões e estudos a respeito da natureza do mesmo, sua origem, características, formas de reprodução e desenvolvimento. Neste sentido a primeira sessão reflete a gênese do modo de produção capitalista no cenário europeu, desenvolvimento das cidades; criação, crescimento e complexificação do comércio e, com isso, a ruína do sistema feudal; bem como questões relacionadas a pauperização que surge como consequência da distribuição desigual de bens no âmbito do novo sistema de produção. Em seguida se discute os meios adotados em diversos momentos históricos para o combate a pobreza, entre estes destaca a instituição de políticas públicas na atualidade; e, por fim, ilustra a exposição tomando o município de Montes Claros como recorte espacial objeto de pesquisa. Os posicionamentos tem como referência produções de instituições ligadas à assistência social no Brasil, como o (anteriormente) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; produções acadêmicas como dissertações e artigos científicos produzidos e/ou publicados no intervalo de 2005 a 2017, além de livros publicados no contexto das Ciências Sociais Aplicadas, Economia e Serviço Social.

21 A GÊNESE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL

Hunt (2005) nos apresenta o histórico da economia Europeia pré-capitalista, ou feudal, onde os feudos concentravam a função de proteger militarmente os seus membros, produzir os bens necessários à sobrevivência de seus familiares, onde o trabalho servil figurava como força motriz para a produção. Toda esta, agrícola, se voltava para a própria manutenção do feudo. O cenário Europeu era composto também pelas cidades que circundavam os feudos, denominadas burgos, e burgueses os povos que as compunham. Ali se desenvolviam as manufaturas e parte destas se destinavam ao comércio de longa distância. A produção agrícola nos feudos, voltada para sobrevivência, sofreu um aumento a partir do momento em que novas técnicas de plantio foram utilizadas. O aumento na produção levou ao crescimento populacional e ao desenvolvimento de técnicas que proporcionaram o crescimento da especialização rural-urbano. Indivíduos anteriormente ligados à terra, passaram a se dedicar a atividades urbanas, manufaturas; o transporte mais fácil devido a novas descobertas técnicas possibilitou a venda de mercadorias a outras regiões. Esse fervilhar comercial proporcionou aos indivíduos a possibilidade de se dedicarem a essa atividade, estabelecendo cidades industriais e comerciais. Pouco a pouco rompem com a estrutura feudal, agrária e se dedicam à produção artesanal e ao comércio. Percebe-se assim o enfraquecimento das estruturas agrárias e consequente fortalecimento da atividade comercial urbana através da produção manufatureira. Estas cidades se tornavam então independentes em relação aos senhores feudais e toda a estrutura que fundamentava o feudo: senhorio, patriarcalismo e forte influência da Igreja Católica. Nestas cidades comerciais passaram a ser desenvolvidas estruturas que atendiam às suas necessidades, surgindo assim sistemas complexos de câmbio, compensações e facilidades de crédito e também leis comerciais (HUNT, 2005:01-12). Percebemos que a forma doméstica de produção é suplantada pela produção em escala maior, inaugurando na história do século XVI a indústria capitalista e a formação de cidades industriais. Hunt afirma que “O mercado e a busca de lucro monetário substituíram os costumes e a tradição na determinação de quem executaria certa tarefa (...) e se os trabalhadores poderiam ou não encontrar trabalho para o seu sustento. Quando isso ocorreu, o sistema capitalista foi criado” (HUNT, 2005:12).

Europa Ocidental do Século XVI, o sistema de produção capitalista despontara no horizonte da História. Nas zonas rurais as tarefas serão processadas de um modo diferente daquelas que se desenvolvem no meio urbano, ou seja, utilizando técnicas rudimentares em relação ao que se usa na cidade, gerando a sobreposição, a preferência pela cidade em relação ao campo. (MARX e ENGELS, 198?:11-13). O surgir das trocas comerciais nos arredores dos feudos promovia o crescimento da produção de artigos manufaturados. O sistema urbano, com um novo jeito de ser, atraía para si grande número daqueles que antes pertenciam à zona rural, mas estes não possuíam os meios que a cidade utilizava para

produzir bens, possuíam apenas a sua mão de obra. Surge assim uma nova divisão do grupo humano em classes sociais: aqueles que possuem meios para produzir e aqueles que não possuem, tornando-se mão de obra para o trabalho (MARX e ENGELS, 1987 :15-17). Neste modelo de sociedade a cooperação entre indivíduos foi substituída pela competição entre os mesmos, uma vez que cada um possui a força de trabalho como mercadoria a oferecer. As oportunidades de trabalho são insuficientes para incorporar toda a gama de trabalhadores em busca de emprego, surgem assim situações de miséria e nascimento de segmentos marginalizados nas sociedades capitalistas. Conforme Neto (2010), chamou-se assim Questão Social, no ano de 1800, o fato de existir um problema social relacionado ao desenvolvimento do novo sistema de produção. Rodrigues et al (2010) apud Castel (2006:69) afirma que a partir de meados dos anos 1980 as desigualdades sociais se agravam sob novo viés, sendo este a massificação do desemprego e a precarização das relações de trabalho, duas situações que levam os sujeitos à vulnerabilidade e ao risco social uma vez que comprometem acesso aos bens mínimos necessários à sobrevivência.

3 I ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir do momento em que houve o rompimento entre a estrutura feudal e as cidades emergentes em torno da manufatura, a pauperização se fez crescente na Europa Ocidental, devido ao grande número de pessoas que passavam a compor as cidades, de forma que não haviam empregos suficientes para absorver a todos. A população empobrecida e desempregada despontava massivamente nas periferias das cidades, onde as más condições de moradia e higiene figuravam como ambiente propício ao surgimento de diversas doenças, como o tifo e a cólera. No Século XVIII, período forte da produção e submissão dos operários a longas e exaustivas jornadas de trabalho, crescimento do desemprego, fome e doenças, os auxílios primários “aos pobres” se davam a partir de ações caritativas de cunho religioso e filantrópico. As ações de assistência se concentravam em mãos de setores civis, o Estado não interferia no sentido de garantir benefícios sociais. Esta situação de não intervenção do Estado levou a questionamentos quanto ao seu papel neste quesito. Nesse campo se destaca o economista Inglês Jonh Maynard Keynes (1883-1946), cujo pensar “afirma o Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego” (DELLAGNEZZE, 2012). Keynes defendia uma política econômica de Estado intervencionista, onde este não apenas criasse meios de reverter crises na Economia como também agisse através de políticas que beneficiassem as vítimas da questão social.

A teoria Keynesiana atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida como a criação do salário mínimo, do seguro desemprego, da redução da jornada de trabalho (que então superava 12 horas diárias) e a assistência

médica gratuita. O Keynesianismo ficou conhecido também como “Estado de Bem Estar Social” (DELLAGNEZZE, 2012).

A não intervenção do Estado perdurou até o ano de 1929, onde a grande depressão na economia norte americana exigiu a intervenção no sentido de criar regras de regulação da Economia. No campo social as instituições de caridade e filantrópicas também não mais conseguiam atender a crescente demanda da população pauperizada, forçando o Estado a se responsabilizar também por ações que mitigassem as expressões da questão social. No ano de 1933 instalou-se nos Estados Unidos, sob o governo do presidente Franklin Roosevelt, o Plano New Deal (novo acordo), através do qual o governo norte-americano passou a controlar os preços e a produção, inaugurando-se assim a intervenção do Estado na economia capitalista. Os países capitalistas desenvolvidos adotam em primeiro momento organização como Estado de Bem Estar Social, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, cuja função básica consistia em “ fornecer à sociedade, como direito, remuneração e renda para uma vida digna, alimentação, saúde, segurança e, principalmente educação de qualidade, além de uma consistente infraestrutura de transporte, lazer e cultura” (DELLAGNEZZE, 2012). No Estado com caráter interventor o instrumento sob o qual os Governos lançam mãos para garantia de mínimos à população são as políticas públicas. O termo política nos remete ao pensamento de que há atores sociais em conflito e a política é a forma de se chegar a um consenso, por mediação do Estado, para que as diferenças possam conviver no espaço social (FALCÃO, 2010:10). Política pública se torna então o campo do conhecimento onde se coloca o governo em ação, onde se fiscaliza as suas ações, e onde se propõe mudanças no curso dessas ações, quando isto se faz necessário (SOUZA, 2006:26). Implementar políticas públicas é, (segundo um dos pontos de vista a respeito. Grifo meu), a forma de concretizar direitos de cidadania conquistados pela sociedade civil e trabalhadora, amparados pela lei. (FALCÃO, 2010:15).O grifo anterior se dá pela razão de que, apesar do discurso de que a Política pública figura como fruto das lutas dos diversos movimentos sociais ao longo da história da sociedade capitalista (e de fato surgem a partir destas reivindicações e mobilizações, até mesmo sangrentas, sem as quais a sociedade não se atentaria para a desigualdade social emergente), percebemos nesta uma identidade dúbia. Por um lado favorece as classes marginalizadas no sentido de garantir mínimos sociais que mitiguem a situação de desigualdade, por outro funcionam como estratégia de manutenção do status quo e expansão do sistema capitalista, uma vez que oferece uma (quase) solução imediatista para o problema social causado pelo sistema.

4 | QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA

O Serviço Social enquanto profissão atua na atualidade propondo e administrando Políticas, Programas, Projetos e serviços no âmbito público e privado, onde a/o profissional

Assistente Social se coloca como intermediária/o entre ações de assistência e público alvo, segmentos populacionais em situação de risco e vulnerabilidade social. Rodrigues et al (2010) apud Almeida (2006) afirma que os eventos que vulnerabilizam as pessoas são determinados por aspectos de natureza econômica e por outros fatores como a fragilização dos vínculos afetivo- relacionais e de pertencimento social. Situações como pobreza, extrema pobreza, discriminações etárias, raciais, de gênero, por deficiência, constituem elementos que segregam indivíduos de uma convivência familiar e social compatível com o ideal previsto pelos direitos humanos (ROCHA; LEITE, 2014). Diferenciando risco e vulnerabilidade, a autora apresenta vulnerabilidade como estado onde os laços familiares e comunitários são deficientes mas ainda não foram rompidos, ao passo que o risco social se configura em situações onde ocorre o rompimento de tais laços e a violação de direitos, a saber: abuso sexual de menores, exploração do trabalho infantil, prostituição de mulheres, prostituição infantil, violência doméstica, uso de drogas, homicídios, alcoolismo, formação de gangues (ROCHA; LEITE, 2014). Para Ribeiro (2010) vulnerabilidade social diz respeito a situação que “veda ou bloqueia indivíduos, famílias ou grupos fragilizados socialmente de adquirirem os ativos necessários à reprodução objetiva e subjetiva” (RIBEIRO, 2010:221) (ROCHA; LEITE, 2014). Retomando a linha histórica da assistência social (que culminaria no Serviço Social enquanto campo de saber), a primeira centelha de uma sistematização da assistência encontramos em 1869, em Londres, através da fundação da Sociedade de Organização da Caridade (COS), cujo objetivo era coordenar o trabalho das obras assistenciais particulares. Em 1877 a COS foi fundada também nos Estados Unidos. É nos Estados Unidos que a assistência “aos pobres” passará por grandes transformações a partir dos trabalhos e reflexões da secretária desta COS, Mary Richmond. Richmond percebe, ao observar a forma como atua a COS na assistência, uma ação assistencialista, focada apenas no indivíduo, que não o associava ao meio social, econômico e político onde este se encontrava. Critica também o fato de que faltava um treinamento adequado às pessoas que prestavam este serviço social. Das críticas de Mary nasce em 1898 o primeiro curso de Serviço Social junto à Universidade de Columbia, em Nova Iorque, coordenado por Richmond, com o objetivo de transmitir técnicas de trabalho e conhecimentos voltados para o campo social. Uma formação ainda bastante marcada por princípios religiosos (PELLIZER, 2008:41-43). No Brasil a industrialização chega em momento tardio em relação à Europa e Estados Unidos. Em 1935, sob o governo de Getúlio Vargas, opta pelo crescimento urbano- industrial. E com o desenvolvimento surge também, como consequência natural do sistema, a questão social no Brasil. Desenvolvimento de um lado e pauperização de outro. No contexto brasileiro o Serviço Social se desenvolve a partir da criação de duas escolas de Serviço Social. A primeira em São Paulo, no ano de 1936 e a segunda no Rio de Janeiro, no ano de 1937. Pellizer (2008) afirma que o Serviço Social, tanto na Europa e Estados Unidos como na América Latina, inicialmente atua a favor da classe burguesa, a favor dos governos, no sentido de ajustar o “desajustado” ao meio em que este se encontra.

Tem-se a noção funcional positivista, durkheimiana, de que a sociedade é um corpo perfeito ao qual os “desajustados” devem ser integrados. O trabalho do Serviço Social se dá então, neste momento, no sentido de integração, mudança de comportamento do indivíduo e não no âmbito do questionamento das estruturas sociais, econômicas e políticas que cercam esse indivíduo neste momento histórico (uma perspectiva marxista de análise social). O questionamento de estruturas surge no Serviço Social na década de 1960, especificamente no ano de 1965, quando toda a América Latina começa a perceber que a sua realidade social difere das realidades europeia e norte americana, necessitando de ações sociais que se voltem a atender às suas necessidades específicas. Seria necessário assim uma reconceituação do Serviço Social, no sentido de romper laços com as classes dominantes e assumir projeto político que se voltasse para as lutas populares. Era necessário romper com o positivismo, com a ideia de perfeição das estruturas e desajuste do indivíduo. A partir destes questionamentos a categoria se reúne para discutir novos rumos, adotam a postura de que o Serviço Social deve estar a favor da classe trabalhadora, adota-se princípios marxistas de reflexão da realidade. Neste novo jeito de ser adota a correlação de forças antagônicas na sociedade (o conflito entre as classes sociais) como objeto de intervenção. Um objeto construído historicamente, segundo a dinâmica do processo histórico. No Brasil a reconceituação se fez sentir a partir da proposta do método BH, de Leila Lima Santos, onde esta traz a ideia de uma intervenção que considere a realidade social do sujeito e a forma como este apreende esta realidade. Trata-se de questionar a estrutura social. O método foi operacionalizado pela extensão da Escola de Serviço Social Católica de Belo Horizonte (1972-75), publicado em 1983 e considerado a primeira sistematização do movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil (PELLIZER, 2008:26). Um longo processo histórico envolve o Serviço Social enquanto profissão. Desde o seu surgimento no âmbito religioso, baseado em doutrinas e dogmas da Igreja Católica, até sua consolidação enquanto profissão, muita história pode ser extraída deste contexto. O fato é que, uma vez firmado como profissão, o Serviço Social se vê diante de um leque de possibilidades de atuação frente à questão social. No âmbito das políticas públicas: Serviço social ligado à saúde, à Educação, ao Judiciário, à Previdência e à Assistência Social. No âmbito privado: assessoria a movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil. No âmbito liberal: assessoria e consultoria ao poder público municipal, estadual e/ou federal no desenho e estudo/diagnóstico para políticas públicas, bem como a empresas dos mais variados ramos, no desenvolvimento de ações de responsabilidade social. A atuação profissional diretamente junto às populações vulneráveis, principalmente após os anos 1970, quando o seu projeto ético-político se volta para a emancipação dos sujeitos (atualmente através: do apoio a movimentos sociais étnicos, ambientais, de mulheres, LGBTQIA+, MST, atingidos por barragens, economia solidária e tantos outros preconizados pela população de “minorias”; da defesa das políticas públicas de emprego e renda mínima universal) leva esta população a diferenciar a sua maneira de pensar e agir em seu

cotidiano, o que confere um caráter pedagógico para a profissão (DURIGUETTO; BALDI, 2012). A Assistência social ganhou destaque neste leque de possibilidades uma vez que, no Brasil, juntamente com a Saúde e a Previdência Social formam o tripé da Seguridade Social brasileira. A assistência brasileira tem como fundamento a Constituição de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS - promulgada no ano de 1993, e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS - consolidada no ano de 2004 (BRASIL, 2005:31), acentuando o caráter de política pública da assistência social frente às ideias de senso comum, voltadas às noções de assistencialismo, benesse, paternalismo ou favor. A LOAS, no art. 2º, define como objetivos da assistência social “a proteção que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção de riscos” (LOAS,2009:6), de forma a atingir o indivíduo em todas as etapas de seu desenvolvimento: infância, adolescência, juventude e velhice. Construindo um resgate histórico da assistência social no Brasil, desde o seu surgimento na década de 30 (PELLIZER, 2008:15), até a sua consolidação enquanto política pública, no ano de 1993, através da LOAS, perceberemos que esta surge, conforme modelo europeu e norte americano, como filantropia, caridade, no âmbito da Igreja Católica, através da ação “caridosa” que a Doutrina Social da Igreja propunha a seus fieis. Essa prática filantrópica durou até a década de 40. Em 1947 foi criada a Legião Brasileira de Assistência – LBA - cuja função era prestar auxílios às famílias de pracinhas brasileiros combatentes na segunda guerra mundial. Tratava-se de um atendimento básico que acabou se expandindo a demais segmentos de população em estado de vulnerabilidade social (BRASIL, 2000:02). O ano de 1985 é marco de grande transformação na história da assistência social, pois nesta época a sociedade civil, através dos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos passa a reivindicar que direitos à assistência, saúde e previdência sejam garantidos pelo Estado mediante constituição federal (BRASIL, 2000:02) (ROCHA; LEITE, 2014). Após este período de reivindicações e mobilizações sociais, é promulgada a “Constituição cidadã”, no ano de 1988, onde a assistência, previdência social e saúde tornam-se o tripé da seguridade social brasileira, conforme o art. 194 da Constituição Federal. A assistência social neste contexto é definida como garantia de concessão de benefícios a todos aqueles que dela necessitar, estando em situação de “risco social devido à velhice, desemprego, abandono social” (BRASIL, 2000:02) (ROCHA; LEITE, 2014). Apesar de promulgada a constituição, somente no ano de 1993, após vetos, reformulações e discussões, é sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS - e em 1998 a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (ROCHA; LEITE, 2014). A legislação referente à assistência surgia para imprimir a esta um novo caráter, política pública. A legislação, assim, imprime uma nova estrutura à assistência social pública “transformando e criando, através dela, um novo cenário com novos atores e, seguramente, novas estratégias e práticas, além de novas relações interinstitucionais e com a sociedade” (BRASIL, 2000). Quanto à Política Nacional de Assistência Social – PNAS- estabelece como princípios e objetivos, tomando como base a LOAS, a prestação dos serviços de

assistência a todos aqueles que dela necessitem, respeitando-se a dignidade do cidadão, o seu direito à qualidade nos serviços prestados, “igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência à populações urbanas e rurais” (BRASIL, 2005:32). Prevê ainda a divulgação dos Programas, projetos e serviços, a fim de que o seu público alvo tenha conhecimento quanto a dinâmica e significado sociopolítico que envolve esta prestação de serviços. “Sob essa perspectiva objetiva (...) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural” (BRASIL, 2005:33) independente de contribuição com o sistema de seguridade social, ou seja, prevê a não obrigatoriedade de contribuições para que se tenha acesso aos benefícios da assistência. Percebemos, a partir deste breve retorno à história da Assistência Social no Brasil, o caminho percorrido pela mesma até se constituir enquanto direito amparado por lei. A partir da promulgação da LOAS e consolidação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS - prossegue uma nova etapa no sentido de fazer a política acontecer em cada Estado, em cada município: organiza-se o Sistema Único de Assistência Social - SUAS – que normatiza, fiscaliza e gerencia as ações da assistência social, buscando descentralizá-las, de modo que cada ente federado se responsabilize pela assistência, dividindo responsabilidades no que refere ao financiamento e gestão da Política (ROCHA; LEITE, 2014). Pensando esta descentralização de ações, a unidade representativa da Assistência Social que passa a vigorar em cada município, a partir do ano de 2006, como consolidação da ação do SUAS é o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (ROCHA; LEITE, 2014), constituindo-se numa unidade que se aproxima diretamente do cidadão, garantindo o acesso aos benefícios de proteção. Nestes Centros de Referência são administrados os benefícios de proteção básica¹, a saber: atendimento às famílias e indivíduos referenciados, através do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF- cuja ação se dá considerando-se as particularidades do território referenciado, valorizando-se as suas heterogeneidades e diversidade cultural (BRASIL, 2005:35), através de benefícios que atendem a indivíduos e famílias em todas as fases de desenvolvimento: à criança, através da defesa intransigente do Estatuto da Criança e do Adolescente; ao jovem através de programas como o Projovem Trabalhador, garantindo transferência de renda associada ao ensino de cursos profissionalizantes; às famílias, através de Programas como o Bolsa Família; aos portadores de deficiências e idosos, através do Benefício de Prestação Continuada – BPC - e benefícios eventuais (ROCHA; LEITE, 2014). Trata-se de uma Política que tem como foco a família e a “dinâmica

1 A proteção social se divide em básica e especial. A proteção social básica é oferecida pelos Centros de Referência de assistência social – CRAS- e diz respeito à proteção de famílias e indivíduos cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. A proteção social especial é ofertada pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS- e diz respeito ao atendimento à indivíduos e famílias que sofreram violações de direitos e seus laços familiares e comunitários foram rompidos, casos como violência contra menores, jovens em conflito com a lei, abandono de idosos, indivíduos em situação de rua e outros de igual natureza.

demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso” (BRASIL, 2005:43). Quanto à dinâmica socioterritorial mencionada, esta Política se fundamenta no argumento de que os serviços devem estar o mais próximo possível de seu público alvo. Conhecer o território onde vive o sujeito é uma forma de compreender as relações ali estabelecidas, uma vez que o território se compõe de significados culturais atribuídos pelos sujeitos que o povoam. A política deve desenvolver mecanismos para atingir o cidadão no espaço físico e simbólico onde ele se encontra (ROCHA; LEITE, 2014). Concluímos assim que o CRAS, enquanto unidade estatal que se aproxima diretamente do público alvo, figura como elemento de fundamental significado no combate às expressões da questão social no que se refere à proteção básica, visando a prevenção de riscos. Para que este cumpra de maneira eficiente as funções a que se destina é essencial que a divisão territorial para implante das unidades aconteça de forma a promover o acesso do usuário aos benefícios previstos pela Legislação que rege a Assistência Social no Brasil. O levantamento de dados e a construção de demonstrativos (gráficos, tabelas, mapas sociais) que indiquem as condições sociais e econômicas de cada território, ao longo do andamento da Política, faz-se necessário em períodos frequentes de tempo, propondo-se reformulações conforme a necessidade de atendimento a novas demandas, considerando-se que a realidade social é dinâmica, uma vez que os atores sociais se transformam constantemente e alteram o meio em que se encontram (ROCHA; LEITE, 2014).

5 | TERRITORIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG PARA IMPLANTE DAS UNIDADES DE CRAS

Este tópico, que versa sobre o trabalho de pesquisa em si e seus resultados, afirma que os números mencionados pela pesquisa e publicados em eventos e artigos científicos, bem como defendidos na dissertação, já carecem de revisão devido ao fato acima mencionado de que os atores sociais modificam a realidade no transcorrer do tempo, portanto avaliações sociais necessitam de periodicidade. Hoje, transcorridos cinco anos do término da pesquisa, a experiência aqui descrita se faz relevante devido a metodologia adotada, tanto para colher as informações, em que ao longo do processo foram ouvidas/os profissionais que atuam “na ponta”, para que avaliassem o que seria melhor para o território em que atuavam na época (ano de 2014 a 2016) quanto para tratar os dados, em que a interdisciplinaridade com a geografia e o uso das ferramentas do geoprocessamento permitiram demonstrações e simulações de realidades. Tem-se a intenção de frisar, portanto, o quanto é necessário que gestoras, gestores da política de assistência social e administrações municipais, estaduais, federais, contem com suas equipes técnicas, seus assistentes sociais que se encontram “na ponta”, no momento de desenhar as formas de melhor atender o público alvo. Neste ponto se reflete a importância de ter-se nas Conferências de Assistência Social um espaço de diálogo de fato; com análise apurada

de suas propostas, para que faça ecoar aquilo que está vindo do chão, do local, de baixo, como necessidade a ser satisfeita. Neste tópico vamos apresentar uma panorâmica da metodologia adotada na pesquisa e seus resultados.

5.1 O Município de Montes Claros e o problema de pesquisa

O município de Montes Claros, recorte espacial para ilustração do tema aqui discutido, localiza-se na mesorregião norte de Minas Gerais. A sua população estima-se em 413.487 habitantes no ano de 2020, segundo dados do IBGE. Sua área é de 3.589, 811 Km² e sua densidade demográfica é de 101,41 hab/Km² (IBGE, 2010). Dados do Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – apontam que o Índice de Desenvolvimento Humano do município era 0,770 no ano de 2010, o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799) (ROCHA; LEITE, 2014). França (2010) afirma que o crescimento econômico e populacional que Montes Claros experimentou, e que configurou o município como polo regional norte mineiro, teve como causa principal a implantação da ferrovia no ano de 1926 e a expansão de rodovias, facilitando o acesso a outras regiões do país e também proporcionando fluxos migratórios para o município, acelerando o crescimento demográfico. “A migração intensa para Montes Claros desde a década de 1970 provoca a expansão rápida do espaço urbano, e, por isso, o governo local tem dificuldade em planejar uma política habitacional para incluir as famílias migrantes (LEITE, 2012:163)”. Esse crescimento populacional em momento onde não há uma estrutura social, econômica e política preparada para receber adequadamente estes migrantes faz com que surjam entre eles diversas situações de vulnerabilidade e risco social: desemprego, falta de moradia, formação de favelas, exploração de trabalho infantil, rompimento de laços familiares e comunitários, juventude envolvida em pequenos delitos, adesão ao tráfico, enfim, aumentam consideravelmente fatos relacionados à Questão Social, demandando ações de proteção e seguridade social, onde se incluem serviços de Assistência Social (ROCHA; LEITE, 2014). Rodrigues et al (2010) vem informar que “em Montes Claros a regionalização da saúde e da assistência social ocorreu em 2005, com base na identidade territorial, segundo a percepção dos moradores com o local em que se identificavam” (RODRIGUES, 2010:08). O processo contou também com a participação da polícia militar, no sentido de definir a abrangência de cada região para que os limites da regionalização fossem comuns. Assim, no ano de 2006 o município implantou os seus primeiros Centros de Referência da Assistência Social. Inicialmente, para implante nas áreas mais vulneráveis, o município foi dividido em 12 polos, onde cada grande região receberia um CRAS (ROCHA; LEITE, 2014). No ano de 2006 foram implantadas cinco unidades, nos polos mais vulneráveis. “Atualmente o município conta com 11 unidades, distribuídas pelos polos Maracanã, Delfino Magalhães, Major Prates, Santos Reis, JK/ Village, Vila Oliveira, Independência, São Judas Tadeu, Renascença, Polo Centrale Polo Rural” (SANTOS, 2011:43).

A ideia era que cada setor fizesse um diagnóstico da Rede-Socioassistencial no território de abrangência, de modo a confrontar a oferta dos serviços existentes com a demanda das populações, o que resultaria em prestação de serviços interligados. Com isso, se esperava criar um sistema que operasse em rede de forma complementar e com base na complexidade das situações, no enfrentamento dos problemas sociais, sejam das vulnerabilidades que demandam proteção básica; ou dos riscos sociais, que requerem proteção especial de média e alta complexidade (RODRIGUES, 2010:08)

Esta divisão territorial para abrangência de cada unidade de CRAS ocorreu de maneira que a zona urbana é atendida por 10 unidades, e a zona rural está sob responsabilidade de uma unidade de CRAS, que recebeu a denominação de CRAS Rural ou CRAS Volante. Neste sentido, sabendo que a assistência social figura como direito de cidadania e deve estar próxima de seu público alvo, facilitando acesso e adesão a seus benefícios; sabendo que avaliações constantes das ações de assistência devem ser empreendidas em prol de se verificar as alterações no cenário que comporta os sujeitos demandantes, desenvolvemos a pesquisa no âmbito do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS, a nível de Mestrado, pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, onde buscamos avaliar a cobertura da Política de Assistência Social ao município naquele momento (anos de 2014 a 2016), considerando as alterações sofridas no interior dos territórios de abrangência e as novas demandas que surgiram a partir das reconfigurações da realidade social de cada segmento populacional referenciado a estes territórios. Reiteramos que, para que haja efetividade no direcionamento de políticas públicas, faz-se necessário verificar constantemente as alterações da realidade de cada território e a revisão de estratégias que satisfaçam cada segmento social que este apresenta. Objetivou-se verificar a coerência entre a divisão territorial e os serviços prestados por cada unidade de CRAS, observando as demandas de cada território de abrangência e as ações que foram implementadas em cada uma. Para desenvolver esta avaliação observamos os seguintes pontos: lógica da divisão territorial para implante de cada CRAS e capacidade de atendimento destes às demandas de cada território; coerência entre as ações dos CRAS e as reais demandas de cada território referenciado.

5.2 A metodologia de pesquisa

A proposta de pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP - da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, no ano de 2015, cuja aprovação ocorreu aos 30 de abril de 2015, sob certificado CAAE nº 43586015.6.0000.5146. A metodologia utilizada foi a pesquisa quanti-qualitativa, em que a representação da malha urbana de Montes Claros, bem como o levantamento e espacialização de dados quanto aos segmentos demandantes (pessoas de baixa renda, jovens e idosos; não havia um banco de dados suficiente para trabalhar o segmento pessoas com deficiências) tiveram como base o uso de técnicas e ferramentas de geoprocessamento, em que o banco de dados do

censo do IBGE do ano de 2010, integrado à base cartográfica da área urbana no software ArcGis 10.1, possibilitou a representação de dados socioeconômicos através de mapas temáticos, reforçando a importância da cartografia para a representação de dados sociais. Foram usados os microdados do IBGE, apresentados por setores censitários, juntamente com a base cartográfica digital, também disponibilizada pelo IBGE. As tabelas contendo os dados socioeconômicos foram tabuladas e organizadas no software EXCEL versão 2010 e depois inseridas no banco de dados do Arc GIS 10.1. Com o banco de dados integrado à base cartográfica foi realizada a organização dos mapas temáticos, usando as ferramentas do Arc Gis 10.1 para gerar mapas coropléticos de renda, distribuição de idosos e jovens por setores de baixa renda na cidade de Montes Claros/MG. Para analisar a coerência dos territórios dos CRAS de Montes Claros foi realizada a sobreposição desses territórios sobre o mapa com os dados do IBGE, o que permitiu obter as constatações e fazer as análises pertinentes. Os resultados obtidos a partir da construção dos mapas foram apresentados a assistentes sociais atuantes em cada território de CRAS, questionando-os quanto ao atendimento às demandas apresentadas por seus territórios de atuação, tendo em vista a dimensão territorial e as particularidades destes. As entrevistas foram agendadas através da coordenação de cada unidade de CRAS, segundo a disponibilidade das/dos profissionais em atender a esta. A análise de discurso, a partir de entrevistas semiestruturadas, junto a estas/ estes assistentes sociais, possibilitou as conclusões necessárias à investigação a que se propunha.

5.3 Os resultados

O resultado deste trabalho foi publicado na *Serviço Social em Revista*, Universidade Estadual de Londrina - UEL, no ano de 2017, sob o título “Readequação de territórios da política de assistência social na cidade de Montes Claros - MG, em que constatou-se, segundo afirmação das/dos assistentes sociais atuantes nas unidades de CRAS, e análises destas afirmações empreendidas por esta pesquisa, que o melhor atendimento aos segmentos demandantes dar-se-á através da reconfiguração territorial de Polos extensos que excedem o número limite de famílias de baixa renda, determinado pela Política de Assistência Social para o porte do município, fragmentando-os e implantando-se uma nova unidade de CRAS em cada novo fragmento. Aos Polos contendo população dispersa, mas que não atingiram o número limite de famílias de baixa renda, determinado pela Política de Assistência Social, propôs-se a adoção de equipes volantes de atendimento socioassistencial em atendimento às demandas. As/os profissionais atuantes em territórios não extensos entenderam não haver nestes a necessidade de reconfigurações territoriais, mas apontaram carências em outros aspectos que diminuem o rendimento do trabalho, como número insuficiente de profissionais em alguns territórios, demoras no fornecimento de materiais básicos por parte da administração pública e espaços com dimensões insuficientes para a realização de atividades específicas do serviço de proteção social

básica, tais como reuniões, por exemplo. A partir do uso do geoprocessamento, em que se integrou a territorialização dos CRAS aos dados do IBGE/2010, foi possível analisar socioespacialmente a distribuição e configuração dos territórios dos CRAS, notadamente na perspectiva dos profissionais atuantes nestes. Com isso foi possível a simulação da nova configuração territorial para as unidades de CRAS, proposta pelas/pelos assistentes sociais, em que quatro novos Polos urbanos seriam criados, sendo estes Santos Reis II, Maracanã II, Independência II e JK/Village II, porém, neste primeiro momento, se verifica que apenas o Polo Santos Reis tem urgência em ser fragmentado, os demais carecem de mais estudos e verificações, apontados nas conclusões do trabalho.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema capitalista surgiu quase “por acaso” no contexto das pequenas cidades que circundavam os feudos. O seu desenvolvimento leva ao crescimento e complexificação das cidades, tornando estas o cenário dominante. As cidades se organizam em torno do comércio e do capital, criando regras complexas para o seu crescimento e expansão. A questão social, caracterizada pela pauperização, surge como consequência da distribuição desigual de riquezas produzidas pelo trabalho neste sistema. Em seu surgimento a sociedade se encontrava dividida entre produtores e trabalhadores, onde estes últimos eram vitimados pela pauperização. Atualmente, sob novas configurações como desemprego em massa, empregos informais, a sociedade se divide em vários segmentos, caracterizados por diferentes realidades sociais e econômicas, onde a questão social persiste, demandando ações estatais contínuas que mitiguem as suas expressões. O instrumental sob o qual o Estado lança mãos para combate e prevenção aos riscos e vulnerabilidades sociais são as políticas públicas. Estas possuem o caráter dúbio de garantir direitos à população pauperizada e também contribuir para a permanência e expansão do capital, uma vez que oferecem solução para o problema da pobreza, causado pela diferença na distribuição de riquezas produzidas pelo trabalho no sistema capitalista. O serviço social trabalha, dentre outros campos, no âmbito da assistência social, administrando benefícios da Política pública de assistência social, adotando a questão social e a correlação de forças que a caracteriza como objeto de intervenção. A categoria se coloca favorável às lutas dos diversos movimentos sociais, acreditando que são eles quem dão visibilidade aos problemas sociais no âmbito do capital. O capital por si só, não se preocuparia com tais problemas, uma vez que ele detém todas as vantagens no contexto da produção [grifo nosso]. O serviço social busca trabalhar o empoderamento dos sujeitos, incentivando as suas lutas e apontando caminhos para que cidadãos se tornem atores na construção de sua cidadania. O CRAS é a unidade estatal de assistência Social que se aproxima do cidadão e conta com diversos profissionais que atuam em prol da prevenção de riscos sociais. Neste cenário se enquadra a/o assistente social. A sua atuação se dá no âmbito familiar, atendendo aos segmentos que

compõem a família e tem na territorialização a base para a sua organização. O município de Montes Claros-MG, recorte espacial para este trabalho, possui divisão territorial em doze polos regionais urbanos, que atualmente contam com dez unidades de CRAS para atendimento social básico às famílias referenciadas em cada território e uma unidade de CRAS rural, responsável pelas famílias referenciadas que se encontram dispersas além mancha urbana, formando as diversas comunidades rurais que o compõe. A continuidade desta pesquisa, uma provocação para novos pesquisadores, se dá no sentido de verificar as atuais configurações sociais e econômicas de cada território de abrangência destas unidades de CRAS, diagnosticando suas atuais demandas e a coerência entre estas e as ações que no momento são desenvolvidas pela Política de Assistência Social no município.

CRÉDITOS PELO ABSTRACT

Antônio Ronaldo Pereira - New York Idiomas.com
Espinosa-MG

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Política Nacional de assistência Social- PNAS/2004. Norma Operacional Básica- NOB/SUAS**. Brasília, novembro de 2005.

_____. Ministério Público do Espírito Santo- MPES. **Histórico da política de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/11_2094171243852009_1_1_historico_politi_co_assistencia_social.pdf> (Texto produzido para a Capacitação Regional de Conselheiros Estaduais e Municipais de Assistência Social. Agosto/2000)- Acesso em: 08 de outubro de 2013.

DELLAGNEZZE, René. **O estado de bem estar social, o estado neoliberal e a globalização no século XXI**. Parte II – O estado contemporâneo. In: *Âmbito jurídico*, Rio Grande, XV, n. 107, dez 2012. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?nlink=revistaartigosleitura&artigoid=12618>> Acesso em julho de 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. **Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo**. *Revista Katálysis* 15 (2), Dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000200005>. Disponível em <<https://www.scielo.br/lj/rk/a/5yKQcYhZCF9J6GxhYz7dXYs/?lang=pt>> . acesso em agosto de 2021.

SOARES FRANÇA, I. **Indicadores sociais e econômicos para uma leitura do processo de fragmentação do espaço urbano e desigualdade social na cidade média de Montes Claros/MG**. *Revista Desenvolvimento Social, [S. l.]*, v. 1, n. 6, 2020. Disponível em <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1655>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica**. Azevedo, José Ricardo Brandão; Monteiro, Maria José Cyhlar. (trad). 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARX e ENGELS. **Trabalho assalariado e capital**. In: **Marx e Engels. Obras Escolhidas**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 198?. Vol1.

PELLIZER, Olema Palmira. **História do Serviço Social**. Canoas: ed. ULBRA, 2008.

RODRIGUES, Luciene; GONÇALVES, Maria Elizete; TEIXEIRA, Gilmara Emília. **Indicadores de vulnerabilidade e risco social para famílias pobres cadastradas no Ministério de Desenvolvimento Social no município de Montes Claros (MG)**. Montes Claros, 2010. Disponível em <<https://docero.com.br/doc/scx88x1>> acesso em agosto de 2021.

SANTOS, Ana Paula S. **A atuação do assistente social nos CRAS e a articulação das redes socioassistenciais**. 2011. 67p. Monografia (Serviço Social)- Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil**. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 221/233, Maio/Ago. 2010.

ROCHA, Angélica de Santana. LEITE, Marcos Esdras. **Direito das famílias de baixa renda no Brasil através da ação dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS**. Revista Âmbito jurídico, Rio Grande, ano XVII, n. 126, jul 2014c. ISSN - 1518-0360. P.1-18. Disponível em: < http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14869&revista_caderno=14> Acesso em agosto de 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América Latina 5, 13, 16, 24, 25, 94, 95, 119, 120
Assistente social 17, 22, 23, 26, 55, 67, 94, 102, 104, 146
Autogestão 165, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177
Avaliação multidimensional da pessoa idosa 45, 46, 47, 71

B

Bioética 34, 179

C

Centros de Referência da Assistência Social - CRAS 90, 99
Ciências humanas e sociais 34, 35, 36, 37, 44
Conselho Nacional de Saúde - CNS 17, 20, 34, 36, 44
Contrarreforma do Estado 1, 2, 6, 9, 11, 12, 13
Convivência familiar e comunitária 76, 84
Coronavirus 20
Covid-19 14, 15, 17, 21
Crimes femininos 125

D

Desenvolvimento da comunidade 22, 29, 30, 31
Dominação 23, 86, 106, 107, 108, 116, 119, 128, 138, 141, 143, 152

E

Emergência 6, 14, 16, 17, 18, 19, 115
Empoderamento 102, 105, 107, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122
Envelhecimento 16, 45, 46, 48, 70, 71, 72, 73
Espaço urbano 99, 103, 154, 156, 157, 163
Estado democrático de direito 124
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA 76, 80, 85, 87, 88, 97
Estigma 85, 153, 154, 155, 157, 161, 162, 163
Estigmatização territorial 154, 164
Expansão industrial 23

F

Família 17, 18, 26, 30, 70, 76, 77, 79, 82, 85, 86, 97, 103, 106, 107, 108, 109, 115, 130, 133, 137, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 155, 156

Finanças pessoais 165, 166, 168, 173, 176, 177

Fracionamento salarial 166

Fragmentação do espaço urbano 103, 156, 163

G

Gênero 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 94, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

I

Identidade feminina 140, 143

Idoso 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 67, 70, 71, 72, 73

L

Lei Orgânica da Saúde 16

M

Modo de produção capitalista 2, 90, 91

Movimento feminista 126, 127, 141, 143

Mulher criminosa 124, 126, 130, 139

Mundialização do capital 2

O

Organização Mundial de Saúde - OMS 88

P

Planejamento 2, 15, 21, 26, 32, 135, 149, 151, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 176, 177

Política de saúde 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 73, 135, 179

Políticas sociais no Brasil 1, 2, 6, 11, 179

Proletariado urbano 23

Proteção integral 75, 76

Q

Questão social 2, 3, 5, 6, 13, 22, 23, 25, 27, 29, 31, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 104

R

Rede de atenção à saúde 16

Reestruturação do Estado 2

Relações de poder 36, 106, 107, 110, 116, 127, 128, 163

Representatividade feminina 143

S

Secretaria Municipal de Saúde 48, 50

Serviço social 1, 2, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 89, 90, 93, 94, 95, 101, 102, 103, 104, 179

Serviço social brasileiro 12, 13, 22, 25, 31

Servidores públicos 165, 166, 167, 170, 171, 176, 177

Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA 79, 83, 88

Sistema Único de Saúde - SUS 1, 7, 8, 13, 16, 20, 72, 134, 135, 179

U

Unidade de referência à saúde do idoso 45, 48, 50, 73

SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,
produção do conhecimento e
cotidiano dos serviços

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



 **Atena**
Editora

Ano 2021

SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA:

Reflexões sobre formação profissional,
produção do conhecimento e
cotidiano dos serviços

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

